



Advocacia-Geral da União



Concurso Público

AGU

Cargo:

PROCURADOR FEDERAL DE 2.^a CATEGORIA

Aplicação: 29/7/2007

PROVA DISCURSIVA P₃

- Na peça judicial — que vale **sete** pontos — e nas três questões a seguir — que valem **um** ponto cada uma —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite os limites de **noventa** linhas para a peça judicial e de **trinta** linhas para cada questão. Qualquer fragmento além desses limites será desconsiderado. Será desconsiderado também o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo correspondente(s)**.
- **ATENÇÃO!** No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Procurador Federal**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

PARTE I

PEÇA JUDICIAL

Objetivando melhorias remuneratórias, os servidores de uma autarquia federal que presta serviços públicos essenciais, sem qualquer comunicação prévia, em uma segunda-feira, iniciaram greve, com adesão de cerca de 90% dos quadros da entidade, comprometendo a continuidade dos respectivos serviços. Na mesma data, o diretor da pessoa jurídica da autarquia assinou instrução determinando o rigoroso controle e o corte de ponto dos servidores que não retornassem às suas funções a partir da publicação do ato, que se deu na terça-feira. Diante dessa instrução, a associação dos servidores da autarquia ajuizou mandado de segurança coletivo, no qual se apontava como autoridade coatora o coordenador-geral de recursos humanos. Na petição inicial, a autora argumentou que, na inexistência da lei disciplinadora do direito de greve dos servidores, de que trata o art. 37, VII, da Constituição, deve-se aplicar à espécie a Lei n.º 7.783/1989, que dispõe sobre a matéria no âmbito da iniciativa privada. Apontando a iminência dos cortes de ponto, a requerente pleiteou concessão de liminar, bem como, ao final, a procedência do pedido, para que se assegurasse o direito de greve da categoria, obstando-se qualquer corte de ponto determinado pela instrução. Ao despachar a inicial, o juiz da 3.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, antes de apreciar o requerimento de liminar, determinou que a autoridade apontada como coatora prestasse as informações que entendesse necessárias.

Diante da situação hipotética descrita acima, na qualidade de procurador federal da referida autarquia, redija a peça judicial que contemple, do modo mais completo possível, as informações a serem prestadas pela autoridade apontada como coatora no mandado de segurança coletivo.

RASCUNHO – PARTE I – PEÇA JUDICIAL – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – PEÇA JUDICIAL – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARTE I – PEÇA JUDICIAL – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

PARTE II

QUESTÃO 1

Redija, de forma fundamentada, texto dissertativo acerca da contratação de empregados pela administração pública direta federal. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ possibilidade jurídica da referida contratação;
- ▶ requisitos constitucionais para a validade da contratação e consequências da não-observância desses requisitos;
- ▶ garantias contra a dispensa e existência de estabilidade;
- ▶ competência para apreciar as controvérsias decorrentes desse contrato de trabalho.

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Marcelo foi denunciado pelo Ministério Público por ter revelado fato que devia permanecer em segredo e do qual tinha ciência em razão do cargo público que ocupa. A ação praticada por Marcelo resultou em dano à administração pública, e o Ministério Público requereu a condenação do denunciado nas penas do art. 325, § 2.º, do Código Penal, transcrito a seguir.

Art. 325. Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena — detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

(...)

§ 2.º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública ou a outrem:

Pena — reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Por ocasião do recebimento da denúncia, o juiz verificou que não havia qualquer prova, ou sequer indício, no inquérito ou nos autos, a respeito da qualificadora.

Com base na situação descrita acima, redija um texto dissertativo que, aborde, necessariamente e de modo fundamentado, os seguintes aspectos:

- ▶ correta conduta a ser seguida pelo juiz;
- ▶ possíveis efeitos da decisão do juiz;
- ▶ recurso cabível.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Situação I: Carlos abate uma anta para dar alimento a sua família.

Situação II: Flávio caça jacarés, sem autorização da autoridade ambiental competente, no Pantanal mato-grossense com o objetivo de exportar peles e couros.

Situação III: A Madeireira ABC corta árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente. O corte e a venda da madeira devem-se a decisão unânime do órgão colegiado da madeireira.

Considerando essas situações hipotéticas, responda, de forma justificada e sucinta, às seguintes indagações:

- ▶ Carlos e Flávio estão sujeitos à denúncia por crimes contra a fauna?
 - ▶ A Madeireira ABC poderia, em tese, ser responsabilizada civil, administrativa e penalmente?
-

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	